A CEPAL CLÁSSICA, O EMPREGO E A NAÇÃO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES (1950-70)[1]

Ricardo Amorim[2]

Resumo:
O mundo em mudança ao fim da II Guerra Mundial permitiu o nascimento de um pensamento econômico especificamente latino-americano. A partir da teoria tradicional de fundo keynesiano, a CEPAL elaborou uma visão da economia mundial (e local) a partir dos olhos do subcontinente, relacionando conceitos como crescimento, industrialização, desenvolvimento e planejamento. Em meio a eles, o emprego, fruto do crescimento econômico e da industrialização, servia como ferramenta para absorção da população de baixa renda no setor dinâmico da economia. Assim, o presente trabalho pretende mostrar o quanto a questão do emprego é fundamental para o objetivo de desenvolvimento da CEPAL e, além disso, chamar a atenção para o fato de que essa teoria trazia implícito o projeto de construção de nações livres da dependência na América Latina.

Abstract:
The world in change, after of the World War II, allowed the emergence of an specific Latin American school of economic thought. Starting from the traditional keynesian theory, the ECLAC built a vision of the world (and local) economy through Latin American eyes, relating concepts like economy growth, industrialization, development and planning. Among them, the employment, decurring from the economic growth and industrialization, was the tool to absorb the poor population in the dynamic sector of the economy. The present work intends to show how fundamental is the question of employment to ECLAC's development goal and, furthermore, draw attention to the fact that this theory brought an implicit project of setting Latin American nations free from economic dependence.

Palavras chave:
CEPAL, América Latina, industrialização, desenvolvimento, emprego e nação.

Key words:
ECLAC, Latin America, industrialization, development, employment and nation.

"O que caracteriza o subdesenvolvimento é o desperdício de mão-de-obra por causa da insuficiência de capital."
Celso Furtado. 'A Fantasia Organizada, 1985

1. Introdução

O mundo jamais poderia ser o mesmo depois da II Guerra Mundial. O grau de destruição, as atrocidades, a morte em massa, o desespero e a dor mostravam que algum concerto efetivo entre as nações se tornava necessário[3]. Mais: o capitalismo sem rédeas deveria ser controlado. O 'espírito do tempo' era esse: as preocupações com as feridas ainda abertas levavam a busca de uma ordem internacional estável e regulada.

Ao mesmo tempo, a América Latina vivia momentos de intensa transformação. O processo de substituição de importações havia colocado alguns países no limiar de um novo dinamismo econômico, dependente cada vez mais de sua própria demanda e investimento.

É nesse ambiente que nasce a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina). Porém, de simples órgão da ONU, a comissão tornou-se, sob a direção de Raúl Prebisch, a mais importante

[1] O autor agradece a inestimável ajuda do professor Marcio Pochmann. Também é grato ao professor Carlos Alonso B. Oliveira por seus comentários e sugestões. Naturalmente, quaisquer erros e omissões são de minha inteira responsabilidade.
[2]**Ricardo Luiz Chagas Amorim** é doutorando em teoria econômica pela Unicamp, professor da Univ. Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Qualidade de Vida na mesma instituição. O texto é uma homenagem ao mestre Celso Furtado.

referência do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento econômico e mesmo alcançou influenciar profundamente, na época, a burocracia dos Estados do subcontinente. Suas apostas na necessidade de crescimento econômico, as implicações entre industrialização e desenvolvimento e, muito importante, o papel do emprego nessa trajetória, formavam uma ideologia muito sedutora aos olhos de governos nacionais, jovens economistas atentos às injustiças sociais e intelectuais esperançosos na superação do quadro social da região. Mas o que dizia a CEPAL de tão atraente? O que era tão interessante na forma como relacionava indústria, desenvolvimento e emprego?

É sobre isso que versará este trabalho. Mais especificamente, sobre a forma como este pensamento enxergou a questão do emprego na América Latina. Isso permitirá perceber que a CEPAL Clássica descortinava uma nítida relação entre emprego, industrialização, desenvolvimento e construção da Nação. Para tanto, o texto está dividido, além desta introdução, em cinco partes: uma discussão sobre o ambiente onde nasceu a CEPAL; a apresentação da teoria cepalina clássica; a análise da questão do emprego para os pesquisadores da casa; a importância desse problema para a construção da Nação e, por fim, alguns comentários finais. Sendo assim, comecemos pelo ambiente onde nasceu a CEPAL.

2. O mundo em transformação

A CEPAL Clássica, estando voltada e olhando o mundo a partir da América Latina, conseguiu feito dos mais importantes: criar e difundir um novo olhar sobre o capitalismo, o olhar dos países desindustrializados e pobres. Mas foi a destruição das guerras, os movimentos para reconstrução européia e a Guerra Fria, somados a crescimento industrial de alguns países do subcontinente que tornaram o terreno fértil.

A crise e a reincidência da guerra no segundo quartil do século XX permitiam ver que a competição entre os grandes capitais, as instabilidades econômicas e a fragmentação do mundo em blocos opositores precisavam ser alterados. A destruição da II Guerra Mundial não deixava dúvidas de que o mundo precisava de um reordenamento e os avanços da União Soviética não permitiam mais aos Estados Unidos fugirem ao papel de novo centro hegemônico. (Hobsbawn, 1995)

Assim, ao final da conflagração, despontou uma nova ordem econômica mundial e nasceu a Guerra Fria. Com apoio dos EUA, os países capitalistas castigados pela destruição tratavam com urgência da sua reconstrução, uma necessidade para que se afastasse o risco da revolução social (Hobsbawn, 1995). Nesse ambiente, o fluxo internacional de recursos alterava-se em direção ao Japão e à Europa, que se reerguiam. Ambos não só passaram a receber apoio financiado pelo Plano

3 As tentativas anteriores de concerto entre as principais potências mundiais revelaram-se de pouco valor. (Hobsbawn, 1995).

Marshall, mas também a atrair, para seus protegidos mercados internos, o investimento produtivo norte-americano.

Se a reconstrução permitia um rápido crescimento das economias européias, a guerra — e suas demandas — e a concorrência entre capitais trouxeram avanços tecnológicos muito importantes não só em novos produtos, mas também em níveis de produtividade. (Wee, 1987) Esses avanços, somados a intangibilidade do território estadunidense durante os conflitos e o poder financeiro credor deste, levaram ao espalhamento do padrão industrial norte-americano e consolidaram sua liderança econômica. (Hobsbawn, 1995) É bom lembrar que o baixo preço do barril de petróleo na época[4] tolerava tal avanço.

Em resumo, tudo isso permitiu: a)rápido e prolongado crescimento da produção e da produtividade; b) liderança do setor industrial, através dos bens de consumo duráveis, bens de capital e química; c) criação de um importante sistema de filiais multinacionais; d) crescimento do comércio internacional mais acelerado do que o industrial - embora o mercado interno fosse o principal responsável pelo crescimento ; e e) crescimento da participação relativa do emprego industrial e de serviços nos mercados de trabalho nacionais. (Mattoso, 1995)

Naturalmente, as relações de trabalho também apresentaram nítidas mudanças. A destruição e o horror das duas guerras havia tornado os dirigentes mundiais ciosos dos problemas gerados pela insatisfação social. (Belluzzo, 1995) Pior, havia agora um contraponto claro ao sistema capitalista: a União Soviética e a consolidação de suas posições no leste europeu. Esses 'perigos' da luta de classes fortaleceram as posições de um ator recente na cena política: os sindicatos de trabalhadores amparados na lei, na regulação pública do desemprego e na sua própria organização. (Mattoso, 1995)

Nesse ambiente, os homens que estavam em posição de fazê-lo reformaram o capitalismo (Hobsbawn, 1995). Os Estados dos países desenvolvidos passaram a conciliar propriedade privada dos meios de produção, planejamento, gestão democrática da economia e elevação do padrão de vida da população por meio do *Estado de Bem-estar Social*, arcando com parte dos custos de reprodução da mão-de-obra. (Mattoso, 1995) Agora, os Estados tomavam as rédeas da regulação social.

O resultado desse período nos países centrais foram anos de um crescimento econômico superior a qualquer período do passado — exceto para os EUA — somado a uma taxa de desemprego aberto mínima, estacionada em 1,5% na Europa Ocidental nos anos 60. Os trabalhadores, por sua vez, frente à enorme oferta de bens, crescimento econômico, ganhos de

4 O barril de petróleo saudita, no período de 1950 a 1973, custava em média menos de dois dólares. (Hobsbawn, 1995)

produtividade, pleno emprego e força política[5], tiveram sua situação material francamente melhorada. Tudo em um ambiente de baixa inflação. Por tudo isso, esses anos foram os chamados 'Trinta Gloriosos', uma época *excepcional* do capitalismo. (Hobsbawn, 1995)

Porém, as mudanças não ficaram restritas aos países ricos. O resto do mundo também colheu os frutos da época. Por exemplo, exceto por momentos de guerras regionais, não havia fome endêmica e mesmo a oferta de alimentos *per capita* aumentou em quase todas as regiões. (Hobsbawn, 1995)

Em importantes países da América Latina, as transformações também foram de grande monta. Aqui, alguns países transitaram para uma nova dinâmica econômica, baseada na demanda e investimento internos e alguns centros urbanos passaram a ser os pólos dinâmicos da economia. Neles, uma classe industrial latino-americana surgia, carente de uma ideologia que representasse sua visão de mundo e seus interesses. (Bielschowsky, 1998) Ao mesmo tempo, a rápida migração campo-cidade, na ausência de reforma agrária, inchou sobremaneira as urbes sem que a oferta de emprego crescesse na mesma velocidade. Desse modo, a mesma economia que se transformava a taxas não desprezíveis era incapaz de reduzir a pobreza[6] (CEPAL, 1951).

Foi nesse ambiente que nasceram as idéias da CEPAL: um mundo em reestruturação que ainda olhava com medo seu passado recente; em que Estados Nacionais percebiam a necessidade de intervir no funcionamento da sociedade capitalista a fim não só de evitar tragédias, mas também de sobreviver soberanamente; com trabalhadores dos países ricos que se organizavam e conquistavam direitos. Ao mesmo tempo, em uma América Latina que crescia economicamente, mas com grandes diferenças internas e que se tornava mais e mais consciente da sua vulnerabilidade externa. Países esses donos de uma indústria nova, mas já crescentemente responsável pela dinâmica da sua economia. De uma burguesia constituída, porém sem respaldo teórico e ideológico para seus interesses. E, acima de tudo, uma região ainda possuidora de enormes e inumeráveis problemas sociais.

O debate de idéias, no entanto, era duro. A Crise de 29 e as duas guerras mundiais elevaram o tom dos questionamentos à 'Teoria do Comércio Internacional' dominante até então. Baseada nas vantagens comparativas e legitimando a divisão internacional do trabalho constituída, essa teoria trazia implícito que a difusão dos frutos do progresso técnico se realizaria através do livre comércio entre as nações, através do qual a concorrência e o uso eficaz dos fatores de produção tenderiam "*(...) a igualar o preço dos fatores e será em alguma medida um substituto para o movimento dos*

5 A importância dos sindicatos na melhoria das condições de vida dos proletários é discutível. É mais crível que seja mais um fator – valioso - de pressão a favor dos trabalhadores.

6 OLIVEIRA (1998) argumenta que apesar da baixa renda *per capita*, os fatores que mantinham os elevados níveis de miséria eram políticos: golpes, partidos e sindicatos cassados, etc.

fatores." (Merhav, 1987: 177) Todavia, para os cepalinos essa hipótese não correspondia às experiências históricas dos países latino-americanos. Foi esse inconformismo com o ideário neo-clássico que conduziu Raul Prebisch ao princípio normativo da *necessidade* da contribuição do Estado para a realização do desenvolvimento econômico[7].

Mas o debate não se reduzia à momentaneamente enfraquecida 'Teoria do Comércio Internacional'. A luta foi travada nos campos ideológico e político através de uma avalanche de estudos sobre desenvolvimento econômico. (Furtado, 1985) Havia na época preocupação em compreender e promover o crescimento econômico dos países em ruínas ou atrasados, não só para que se mantivesse a estabilidade mundial, mas também a fim de se evitar a expansão do socialismo soviético[8], inclusive para regiões como a América Latina. Desse contexto nasce um caloroso debate cujo tema central, o desenvolvimento econômico, era precisamente o tema da CEPAL.

A intensidade política e intelectual do debate estava acesa nas cabeças de economistas latino-americanos da época e parecia querer frutificar na formação de um ideário nacional para os países do subcontinente. A alternativa e a possibilidade de ação não tardaram a atrair a atenção das mentes nacionalistas e de jovens economistas preocupados com a superação do terrível quadro social latino-americano: em sua maioria pobre, analfabeto, agrário e politicamente oligárquico. Contudo, e talvez mais importante do que isso, foi a atração exercida por essa teoria sobre os governos da América Latina. O que pregava, então, essa teoria de tão instigante e atraente aos olhos latino-americanos?

3. O capitalismo visto a partir da América Latina

Como vimos, as idéias da CEPAL não brotaram no vazio. Alimentadas pelas transformações por que passava a América Latina e o resto do mundo, a visão cepalina veio a público em 1949 através do provocador 'Manifesto dos Periféricos' (Prebisch, 1951). Um texto de enorme impacto seguido, já no ano seguinte, pelo mais importante documento dessa fase: o 'Estudio de 49' (CEPAL, 1951). Juntos, esses dois estudos trouxeram as idéias e os conceitos de onde derivaram investigações, pesquisas e recomendações de política econômica para toda a América Latina.

Todavia, ao final da década de 50, a economia latino-americana já se apresentava sob outro aspecto. Alguns países[9] tinham conseguido avançar muito no processo de industrialização, mas sem alterar significativamente seus problemas sociais. É novamente Prebisch quem inaugura, na CEPAL, em '*Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*' (1963), as grandes discussões

7 Mas Prebisch não estava sozinho. Rosestein-Rhodan publicou, em 1943, artigo com vários pontos de contato com a futura escola cepalina. Falava ele no imperativo da industrialização e na necessidade de planejamento, intervenção e mesmo investimento estatal. Tudo para que fossem superados os constrangimentos ao desenvolvimento.

8 Para HOBSBAWM (1995), a URSS não possuía pretensões expansionistas.

9 Brasil, Argentina, Chile, México e Venezuela são os mais importantes.

em torno do modelo de industrialização seguido e da necessidade de uma melhor distribuição da renda. São essas duas décadas de reflexão econômica o nosso objeto neste item. Juntas constituem, para nós, a CEPAL Clássica. Primeiro, os anos 50 e *a industrialização*.

3.1. A CEPAL dos anos 50: industrialização

O crescimento industrial e as transformações decorrentes por que passava parte importante da América Latina eram movimentos espontâneos de defesa das economias frente às crises da primeira metade do século passado. Muito diferente, portanto, do que se deu nos países ricos que se industrializaram no século XIX, construindo estruturas produtivas crescentemente integradas, concorrentes entre si, com *grande dinamismo tecnológico* e com papel ativo dos Estados Nacionais. Os países da América Latina, no mesmo século passado, eram especializados na produção de bens primários para exportação, fazendo deles a mola principal do seu dinamismo econômico (desenvolvimento 'voltado para fora').

Assim, os países industrializados ocuparam o papel de vanguarda na indústria, tornando-se exportadores de produtos manufaturados, enquanto os latino-americanos, devido à especialização, faziam fluir todo o progresso técnico para o setor exportador, deixando o restante das atividades relegadas à condição de subsistência e baixa produtividade. A conseqüência era inevitável.

Quando alguns países da América Latina iniciaram seu processo de industrialização, ainda no segundo quarto do século passado, os países industrializados já usufruíam de enormes plantas fabris, tecnologia avançada, elevada produtividade, alta relação capital-trabalho e estrutura produtiva relativamente integrada. O resultado, nestes últimos, eram níveis de investimento elevados, renda *per capita* alta e uma poupança compatível que acompanhava as necessidades de capital. (CEPAL, 1951) Ou seja, ao iniciar sua industrialização, os países da América Latina depararam-se com um capitalismo internacional que estava muito longe da fase concorrencial. Sua nova dinâmica obedecia a lutas monopolistas e padrões tecnológicos que impediam a simples cópia ou compra de tecnologia a partir de poucos recursos. A produção industrial agora exigia grandes recursos, vultosos capitais por trabalhador, conhecimentos científicos e mercados.

Na América Latina, diferentemente, a produtividade mais alta restringia-se ao setor exportador. A baixa produtividade do restante da economia e, por conseqüência, a baixa renda *per capita* dos países não permitiam disponibilizar recursos suficientes para alcançar os patamares de capital e tecnologia atingidos pelas nações ricas. Mais do que isso, a estrutura produtiva integrada dos países industrializados permitia que sua demanda, exceto de matérias-primas e alguns alimentos, incidisse sobre sua própria indústria nacional. Assim, as necessidades de bens de capital dos diferentes setores geravam demanda e renda para a própria indústria, fazendo com que os

estímulos circulassem dentro dos países. Já a especialização primária da América Latina obrigava que as novas indústrias buscassem suprir suas necessidades de bens de capital no exterior, desviando, como é evidente, parte significativa dos estímulos econômicos.

Se a 'Teoria do Comércio Internacional' não via problemas nesse arranjo histórico, Raul Prebisch discordava. O equívoco, segundo ele, estaria no fato de essa abordagem ser estática e 'fotografar' apenas dois pontos diferentes de equilíbrio. Isso dentro de um processo de desenvolvimento econômico cheio de perturbações, onde o tempo é extremamente relevante, torna tal método pouco aplicável (CEPAL, 1951). Para Prebisch (1951), a teoria tradicional das vantagens comparativas traz implícito algo negado pela realidade: a *difusão* dos frutos do progresso técnico. Este, ao não se irradiar, explicaria as grandes diferenças de renda e capitalização entre os povos.

Partindo dessa perspectiva sobre o funcionamento da economia mundial, Prebisch definiu o par de conceitos mais importante do pensamento da instituição nos anos 50 e 60: o binômio **centro** e **periferia**. Para ele, é fundamental perceber que esses dois grupos de economias têm estreita troca entre si e vão se formando em permanente relação, não havendo atraso ou estágio pretérito de desenvolvimento. Na verdade, os conceitos expõem a especificidade histórica dos países periféricos em relação ao centro, utilizando, para isso, sua inserção particular na divisão internacional do trabalho. (Bielschowsky, 1998) Em outras palavras, a diferenciação feita pela CEPAL Clássica permitia perceber que a divisão internacional do trabalho produzia um desenvolvimento desigual e combinado. Dentro dessa clivagem, para Rodriguez (1981), os cepalinos da época definiram a periferia a partir de dois traços característicos: a) **especialização** na produção de bens primários ou de baixo valor agregado; e b) **heterogeneidade**[10], isto é, convivência de processos produtivos modernos e arcaicos, com o segundo abrigando parcela significativa da população.

Resumidamente, o que temos, então, é uma América Latina especializada na produção de bens primários (ou de baixo valor agregado) para exportação, de onde retira seu dinamismo econômico. Somado a esse setor, outro voltado para subsistência: tecnologicamente arcaico, abrigando a maior parcela da população e incapaz de sustentar e manter trabalhando o número elevado de pessoas que ingressam na idade adulta. Enfim, uma economia vulnerável às flutuações externas, que abrigava um setor moderno de reduzido alcance interno e, portanto, uma estrutura produtiva não integrada, cuja população rural crescia aceleradamente e se tornava 'excedente'.

Desenvolver é, então, nesse sentido, reduzir as diferenças entre o setor moderno e arcaico, melhorando as condições de vida da massa populacional através da sua inclusão nos setores dinâmicos dos países. Em outras palavras:

10 Esse é basicamente o conceito de **heterogeneidade**, como definido por PINTO (1985).

> "*(...) o problema econômico fundamental da América Latina consiste em aumentar a renda per capita por meio de um incremento da produtividade, uma vez que a elevação do nível de vida das massas mediante uma redistribuição de renda tem alcance muito limitado.*" (CEPAL, 1951: 16)

Mas, para aumentar a produtividade do trabalhador, é necessário dotá-lo de maior capital, o que demanda recursos, poupança e divisas para a compra de máquinas e equipamentos quase sempre importados. E como fazer isso se, para a CEPAL, temos uma poupança pequena, relativamente às necessidades de investimento? Pior, nossas exportações primárias, como veremos, perdem poder aquisitivo frente aos produtos industrializados e tendemos ao desequilíbrio externo? Para responder as questões, é preciso observar como a CEPAL encarava o funcionamento de economias periféricas.

Como vimos, uma economia periférica, ao ser especializada na exportação de produtos primários, tem elevado coeficiente de exportação, respondendo rapidamente (e tornando-se vulnerável) às flutuações nos países centrais. Ao mesmo tempo, não possuindo uma indústria, muito menos uma estrutura produtiva integrada, a maior parte dos bens que foge à subsistência precisa ser importado, dando a essa economia um elevado coeficiente de importação. Por outro lado, os Estados Unidos, novo centro do capitalismo mundial, teria não só um coeficiente de importação muito baixo, mas também um coeficiente de exportação baixo, fazendo com que sua economia respondesse muito lentamente a estímulos externos. (CEPAL, 1951)

As trocas comerciais entre esses dois países seriam claramente desfavoráveis ao periférico e isso ficava muito claro quando se analisava o *ciclo econômico*. Na fase ascendente, em que se ampliam as trocas, o funcionamento das economias centrais demandaria maiores quantidades de produtos primários, elevando seus preços. Ao mesmo tempo, no centro, os salários subiriam e os preços industriais cresceriam ainda mais, já que a procura excederia a oferta. Porém, na descendente, o quadro inverter-se-ia e os salários mostrariam resistência à queda, impedindo uma redução maior dos preços industriais. Deste modo, acumular-se-ia estoques em toda a cadeia até que a pressão se exercesse sobre a produção primária (CEPAL, 1951). Quanto maiores fossem os estoques, maior seria a pressão sobre a produção primária. Essa pressão resultaria em queda nos preços dos bens exportados pela periferia e consolidar-se-ia na forma de queda nos salários dos trabalhadores desses países, posto não apenas terem menor organização como ainda haver excesso de mão-de-obra. Trata-se de um movimento irresistível para a periferia, dada sua posição no início da cadeia produtiva (Rodriguez, 1981). Ou seja, para a CEPAL Clássica, ciclo após ciclo, os preços primários tenderiam a cair frente aos dos bens industrializados, movimento que constituiria o interessantíssimo, mas bastante criticado, processo de **deterioração dos termos de troca**.

Mas o mais grave desse processo é a sua conseqüência: a periferia exportaria para os centros parte dos *frutos do seu próprio progresso técnico*, isto é, os ganhos de produtividade que gerariam

uma renda real maior (Rodriguez, 1981). E o motivo seria muito simples: o setor industrial, concentrado nos países centrais, apresentaria ganhos de produtividade significativamente maiores do que o setor primário. Assim, mesmo que a paridade entre preços dos bens primários e industriais fosse mantida, a produtividade industrial cresceria. Com isso, o último setor produziria maior quantidade de bens ao mesmo custo e conseguiria comprar mais bens primários com menos esforço. Ou seja, haveria concentração de renda.

O quadro desenhado é de uma armadilha. Se se introduzissem melhorias técnicas na agricultura, teríamos aumentos da produtividade por trabalhador e formação de mão-de-obra excedente nesse setor. Haveria, também, melhoria da renda da comunidade, seja através de maiores lucros ou menores preços. A absorção dessa mão-de-obra, na melhor das hipóteses, em outras atividades, representaria aumento de renda real que se somaria ao ganho anterior. Porém, como vimos, os países periféricos tinham alto coeficiente de importação, e esse aumento de renda faria crescer as importações. Ao mesmo tempo, as exportações dependem de fatores alheios ao controle dos países latino-americanos e, na estimativa da CEPAL Clássica, o novo centro possuiria baixo coeficiente de importação e, por conseqüência, baixa elasticidade renda de importação para bens primários. Resultado: não adiantaria investir o progresso técnico na produção de primários para exportação, pois ou o aumento da renda pressionaria o Balanço de Pagamentos ou o excesso de oferta somado ao excedente de mão-de-obra, redundaria em deterioração dos termos de troca.

Enfim, o processo de crescimento de um país periférico latino-americano induz naturalmente ao desequilíbrio do Balanço de Pagamentos. A grande armadilha era que, para contê-lo, deveríamos tomar duas sortes de atitudes:

1. causar forte recessão nas economias periféricas nos momentos de descenso do ciclo e ainda crescer mais lentamente que os países centrais nos bons momentos;
2. ou para crescer, era necessário reduzir o coeficiente de importação, significando

> "*(...) uma mudança no padrão de crescimento da periferia que, em vez de apoiar-se na expansão das exportações, passa a um novo modelo baseado na implantação e ampliação de um setor industrial que se destina ao mercado interno.*" (RODRIGUEZ, 1981: 71)

Ou seja, realizar um **processo intencional de substituição de importações**.

Sintetizando, para desenvolver-se, absorvendo a mão-de-obra excedente, não havia outra saída, para a CEPAL, que não a **industrialização**. Era o único caminho apontado e reiterado pela escola, na época sob a direção de Prebisch (Bianchi e Salviano, 1996)[11].

Assim, é fundamental reconhecer que os cepalinos acreditavam que o emprego *dependia da expansão industrial* e da urbanização. Para eles, dentro da tradição keynesiana, os trabalhadores

11 Bianchi e Salviano (1996) analisam o 'Estudo de 49' do ponto de vista da retórica utilizada por Prebisch. A conclusão, que em nada diminui a qualidade das idéias contidas no texto, é que o autor usou recorrentemente elementos e técnicas retóricas para convencer a platéia a quem o estudo se destinava. Ou seja, mais que um texto 'acadêmico', trata-se também de uma peça política.

não têm controle sobre a oferta de mão-de-obra e muito menos sobre seu preço. (Dathein, 2000) Desse modo, uma queda na demanda efetiva levaria inexoravelmente à redução da demanda por trabalho. A redução de seus salários, embora favorecesse uma redução nos custos dos produtos latino-americanos exportados, de modo algum seria suficiente se quer para manter os empregos. Deste modo, só o aumento da quantidade de capital na economia poderia levar a absorção do excedente populacional, terminando por resolver o problema central: elevar a renda *per capita* da população através do aumento da produtividade, com o aumento relação capital-trabalho.

Trata-se de uma análise semelhante a de Kalecki (1987), quando afirma que é exatamente da escassez de capital que surge o desemprego nas economias subdesenvolvidas. Para ele,

> "*(...) o problema crucial que os países subdesenvolvidos enfrentam é aumentar consideravelmente o investimento, não para gerar demanda efetiva (...), mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável ao rápido crescimento da renda nacional.*" (Kalecki, 1987: 25)

E qual setor poderia investir, capitalizar-se, e gerar empregos mais produtivos sem conduzir a armadilha do Balanço de Pagamentos? Pela análise empreendida acima resta apenas a indústria.

Todavia, seguindo as teses da CEPAL, para industrializar-se ainda era preciso importar máquinas e equipamentos e, portanto, eram necessárias divisas. Isso torna claro que para a escola não se devia esquecer a agricultura de exportação, posto que sua contribuição era considerada fundamental para acelerar a intensidade do ritmo do desenvolvimento econômico (CEPAL, 1951). Enfim, a agricultura e desenvolvimento industrial eram partes do mesmo problema: o desenvolvimento econômico.

Mas como industrializar em países com problemas tão complexos que os fazia tender ao subdesenvolvimento? Começa, aqui, na visão da CEPAL Clássica, o papel do Estado. *Um papel que, embora se materialize em proposições de políticas, tem importância muito maior, pois assume o selo de resumo da vontade nacional na busca coletiva da construção da Nação (Mello, 1991). Sendo o objetivo do país desenvolver-se, então cabe ao Estado racionalizar, direcionar e incentivar atividades no sentido da industrialização: organizando e planejando a aplicação dos recursos cambiais, incentivando indústrias e tecnologias compatíveis com o quadro populacional e financeiro, protegendo a indústria local, subvencionado à agricultura, facilitando o aproveitamento de plantas e tecnologias através da integração regional, etc.*

Todavia, atente-se que o papel do Estado, quanto ao emprego, para os cepalinos, está vinculado ao estímulo à industrialização, não respondendo por nenhuma absorção direta.

3.2. A CEPAL dos anos 60: desobstruir a industrialização

As transformações ocorridas em algumas economias da América Latina ao longo dos anos 50 influenciaram o pensamento cepalino. A indústria não era mais um sonho e o movimento de expansão de empresas estrangeiras levou muitas delas a fixar-se no subcontinente.

Tais metamorfoses não tardaram a gerar críticas. Segundo Bielschowsky (1998), foram basicamente três os fenômenos que levaram a se questionar o que se pensava na CEPAL até então: a) apesar do crescimento econômico de muitos países latino-americanos, a região se vê em condições de crescente instabilidade macroeconômica, em boa medida causada pela restrição às importações; b) a industrialização seguia, mas a urbanização criava empobrecimento e favelização crescente nas cidades; e c) a Revolução Cubana e a polarização do mundo com a Guerra Fria.

Apesar das críticas, a instituição manteve sua influência e tornou-se um fórum de discussão, crítico ao modelo de industrialização em curso. Os principais problemas assentavam-se na incapacidade de essa industrialização incorporar a maioria da população aos frutos do progresso técnico. O aprendizado da casa em relação a dinâmica do emprego indicava que este dependia não apenas da industrialização, mas de uma mudança na estrutura social, redistribuição de renda e reforma agrária. (Prebisch, 1968) Além disso, outro problema era apontado: a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa, mas apenas mudado sua natureza.

Assim, coube novamente a Prebisch iniciar a reflexão crítica com '*Hacia una Dinâmica del Desarrollo Latinoamericano*' (1963). Para ele, era necessário "*(...) alterar la estructura social y redistribuir el ingreso, especialmente a través de la reforma agrária.*" (Bielschowsky, 1998: 11).

Dos estudos e debates surgiram novos conceitos, como o de **heterogeneidade estrutural**, proposto por Anibal Pinto, o qual permitia mostrar que os frutos do progresso técnico se concentravam individual, setorial e regionalmente, reproduzindo os mesmos problemas do tempo agro-exportador, apenas mudando sua roupagem. Ou seja, o subdesenvolvimento, sem uma intervenção, tendia a perpetuar-se, apesar do crescimento econômico e industrial.

A crítica desenvolvida pela própria CEPAL observava que a industrialização havia superado a situação de quase enclave do setor exportador e alcançado certa autonomia interna, crescendo a partir de suas próprias forças. Contudo, isso não significou uma maior irradiação dos frutos do seu progresso técnico junto às atividades e regiões 'atrasadas'. Isto é, o modelo industrial implicou uma transformação parcial, determinada pelo alcance do progresso técnico no setor industrial e nas atividades complementares (Pinto, 1965), deixando grande parte do corpo econômico à margem das transformações. Ou seja, o efeito homogeneizador esperado não aconteceu.

Para Anibal Pinto (1970), isso se deveu à: a) dinâmica de desenvolvimento, que estava longe de consolidar-se ou acelerar-se; b) mudança apenas na forma das relações entre centro e periferia, mas que ainda mantinham o segundo em posição subordinada (endividamento, subordinação

tecnológica, estrangeirização de atividades básicas); e c) parcela elevadíssima da população que ficou fora do pólo dinâmico da economia, permitindo concentração social, setorial e regional.

Essa concentração tripla implicava uma estrutura social que obstaculizava o próprio progresso técnico e, desse modo, o desenvolvimento. Afinal, ao caracterizar-se pelo privilégio na distribuição da riqueza, o sistema econômico dos países latino-americanos entorpecia a mobilidade social e o surgimento de indivíduos empreendedores (Prebisch, 1968)[12], desincentivando a utilização máxima do capital e mesmo permitia o uso ineficiente dos fatores. Além disso, como vimos anteriormente, produzia um excedente de mão-de-obra desqualificada difícil de absorver e que, pressionando os salários, permitia a deterioração dos termos de troca. O resultado só poderia ser o baixo estímulo à acumulação, à inovação e à valorização do consumo supérfluo pelas camadas de maior renda. Logo, uma mudança nas estruturas econômicas que permitissem o desenvolvimento requeria, também, uma transformação na estrutura social. Tudo para atender ao novo setor dinâmico, à indústria, que avançava para formas crescentemente complexas em escala e tecnologia.

No entanto, distribuir renda simplesmente não resolveria, posto que as disparidades surgem do próprio funcionamento vicioso da economia (Prebisch,1968). As raízes históricas dos problemas de concentração estavam em questões que ainda não havíamos resolvido: a *destruição do privilégio da terra*, à que depois se agregou a proteção excessiva contra a concorrência internacional.

A estrutura de posse da terra era problemática para a CEPAL porque latifúndios e pequenas propriedades concorriam para expulsão de mão-de-obra do campo. Nas grandes propriedades, as enormes quantidades de terra dificultavam sua plena utilização dado o capital necessário. Além disso, tendiam a mecanizar as tarefas agrícolas, absorvendo menos mão-de-obra. Já os minifúndios careciam de capacidade de acumulação e de modificação de técnicas de cultivo, tornando-se difícil aumentar a produtividade da terra e da força de trabalho. Com isso, o campo não conseguia reter a população que nele trabalhava. (Rodriguez, 1981)[13]

Via-se, assim, o nascimento de um excedente de mão-de-obra que, em não sendo absorvido na agricultura e/ou vivendo em péssimas condições, migrava para as cidades. Essa força de trabalho que se transferia para a cidade, somava-se aos que lá já constituíam mão-de-obra excedente e, por isso, ocupada em serviços que exigiam reduzida qualificação, de baixa remuneração e produtividade[14]. Ou seja, uma grande massa de força de trabalho desempregada ou sob desemprego

12 Na verdade, a mobilidade social estava longe de ser insignificante em alguns países da América Latina. No Brasil, por exemplo, experimentou-se importante movimento de mudança na distribuição populacional: houve migração campo-cidade (e todos os seus impactos), investimento em educação e aumento na ocupação industrial.

13 Mais, as condições de trabalho e vida no campo, em relação à cidade, também não colaboravam, tornando os centros urbanos pólos ainda mais atraentes à mão-de-obra.

14 Afinal, o desemprego é um luxo a que o trabalhador latino-americano não pode se dar. (TOKMAN, 1991)

disfarçado, que formava um mercado de trabalho urbano nacional flexível, constituído por uma mão-de-obra desqualificada e pobre.

Segundo a visão cepalina, se nos países centrais ocorreu um aumento paulatino da quantidade de capital por trabalhador, homogeneizando os diferentes setores da economia[15], na periferia, as coisas foram bem diferentes. Como observamos antes, ao se industrializarem, quando os países centrais já tinham avançado muito nesse processo, os países latino-americanos não possuíam renda, poupança, dimensões de mercado, etc, compatíveis com o estágio do avanço tecnológico e da concentração de capital. Pior, os processos produtivos modernos haviam sido concebidos para países com dotação de recursos diferente, onde a mão-de-obra era cara e as plantas fabris especializadas. Destarte, ao tentar industrializar-se seguindo padrões dos países centrais, **houve, na América Latina, sobreposição do complexo industrial moderno sobre o sistema produtivo tradicional**, traduzindo-se em heterogeneidade da estrutura produtiva, com alta concentração de renda e dos frutos do progresso técnico (Pinto, 1965).

O consumo atendido por essas mesmas tecnologias corroborava essa sobreposição, pois baseava-se em comportamentos copiados dos países centrais e dessa similitude de padrões surgia a necessidade de importar técnicas e máquinas. O usufruto de bens sofisticados que passaram a ser produzidos sem que ocorresse uma maturação e uma reorganização dos fatores e do mercado de trabalho traduziu-se em formas de desperdício, de poder de mercado e, principalmente, de custo em empregos. Em outras palavras, havia **inadequação tecnológica**.

Nesse ambiente, a acumulação que se dava no setor moderno apresentava dois problemas: a) esse setor era relativamente pequeno e com isso não tinha dimensão suficiente para transformar as relações de trabalho e de posse da terra no campo. Menos ainda para absorver a população expulsa pelo último (Pinto, 1965); e b) a tecnologia utilizada era desenvolvida nos centros e economizava mão-de-obra, agravando o fato do impulso econômico gerado pelo investimento ser em grande parte direcionado para fora através da importação de bens de capital.

O conjunto **estrutura agrária** e **inadequação tecnológica** impunham, desse modo, ao mercado de trabalho uma **tendência estrutural ao desemprego**, resultado espontâneo das transformações da industrialização somado à modificação da importância relativa do urbano e do rural. Um movimento ineludível para a CEPAL Clássica, cuja intensidade dos problemas gerados dependia de como "*(...) penetram as técnicas produtivas geradas no centro e de como se transforma a estrutura produtiva durante a fase de industrialização*" (Rodriguez, 1981: 76)

---

15 Na verdade, isso não pode ser afirmado para países desenvolvidos que subsidiam sua agricultura. Talvez a França seja o exemplo mais conhecido. Lá, a produtividade agrícola, embora elevada, não alcança a industrial e há concentração de propriedade. Ou seja, as escalas 'harmonizadas' de produção, renda e poupança foram definidas politicamente e não pelo funcionamento puro e simples da economia.

Todo esse conjunto de fenômenos, aparecia sob a forma de **insuficiência dinâmica** do desenvolvimento econômico da América Latina (Prebisch, 1968). Como vimos, havia dois fenômenos: a) a migração campo-cidade; e b) a forma precária de absorção dessa população nos centros urbanos. Essa mão-de-obra excedente, para ser absorvida adequadamente, precisaria ser empregada nas atividades dinâmicas, isto é, na indústria ou em atividades correlatas que tendiam a crescer com mais intensidade do que a renda nacional. No entanto, para esses setores cumprirem a função de absorvedores, necessitavam crescer a um ritmo que não era aleatório. Caso não alcançassem esse ritmo mínimo, a população migrante fixava-se em serviços pessoais não qualificados ou executava tarefas supérfluas. Essa era a insuficiência dinâmica: *a incapacidade de a economia fazer os setores modernos (indústria e atividades correlatas) crescerem o suficiente, através de investimentos, para que absorvessem a população expulsa das atividades arcaicas e/ou desempregada tecnologicamente*. É a reafirmação da hipótese kaleckiana sobre a necessidade de expansão significativa da capacidade produtiva como forma de absorção da mão-de-obra sobrante.

O alcance da insuficiência dinâmica sobre os salários era imediata, pois essa mão-de-obra excedente impedia que os salários subissem, acompanhando os ganhos de produtividade. **Por isso, a deterioração dos termos de troca seria explicada, em última instância, pela insuficiência dinâmica do desenvolvimento econômico** (Prebisch, 1968).

Por tudo isso, **resolver a questão da insuficiência dinâmica do crescimento latino-americano é o mesmo que superar os obstáculos à industrialização e, portanto, ao desenvolvimento econômico**. Ou seja, era preciso superar alguns obstáculos que dificultavam essa industrialização: distribuição privilegiada da renda, desestímulo à acumulação de capital, tamanho dos mercados, escassez de divisas, falta de concorrência, etc. Vencê-los significava criar mercado para as indústrias mais dinâmicas, isto é, ousar criar um mercado de massas. (Pinto, 1965) E para tal era necessário que as atividades industriais e conexas, dominantes na absorção de força de trabalho, crescessem mais intensamente que sua produtividade, gerando empregos e impedindo que os ganhos de produtividade fossem exportados e/ou concentrados nas mãos de poucos. Era impostergável, portanto, investir e usar racionalmente todos os recursos.

Mas como fazer? Nas condições descritas da economia latino-americana, elevar a taxa de capital por trabalhador só é possível se se comprimir o consumo das classes superiores, atacando, a uma só vez, e é necessário que seja assim, a acumulação e distribuição (Prebisch, 1968). Não se poderia tratar de políticas redistributivas típicas, mas sim de alteração das condições de fundo que conduziam à desigualdade (Pinto, 1970). Além disso, uma sociedade periférica que buscava desenvolver-se não poderia arcar com o consumo conspícuo. Seus custos em capitais, pessoas

qualificadas, componente importado, financiamento externo, financiamento do consumo, etc, eram socialmente onerosos demais.

O que faz, então, voltar a pergunta: como fazer? Esse é novamente o papel do **Estado** para a CEPAL Clássica. Assimilar técnicas desenvolvidas nos centros gera contrastes e disparidades que precisam ser enfrentadas através de *políticas de Estado. Assim, sua ação em favor da transformação da estrutura social deveria guiar-se pelo objetivo de remover os obstáculos ao desenvolvimento*. (Prebisch, 1968) Isso consiste em permitir o uso intensivo da terra e do capital, o emprego da mão-de-obra e a liberação da iniciativa individual. Algo nada simples, pois tal postura implicava afrontar grupos e enfrentar reações. Por outra forma, se nos anos 50 a preocupação do Estado era com o crescimento industrial, nos 60 a complexidade do seu envolvimento cresceu: agora, o Estado devia alterar privilégios, direcionar o crescimento industrial e remover barreiras.

A poupança gerada com essas políticas para se transformar em investimento enfrenta, contudo, dois grandes empecilhos: a baixa produção latino-americana de bens de capital e a parcimoniosa quantidade de divisas decorrente da nossa tendência ao desequilíbrio externo. Como não é possível fazer crescer rapidamente a indústria de bens de capital, é necessário que a América Latina conte com a cooperação internacional na fase onde as transformações estruturais ainda não se processaram. Todavia, não se trata de atrair o capital internacional pura e simplesmente, mas sim de escolher em quais campos e como a cooperação estrangeira é desejável. (Prebisch, 1968) Por outro lado, é do interesse latino-americano atacar à tendência ao desequilíbrio das contas externas e a míngua de divisas não através do aumento das vendas de bens primários, mas sim incentivando a exportação de bens industrializados. Mais, era importante ir além dos mercados já abertos, buscando parceiros entre os países socialistas, formação de mercado comum latino-americano, etc. Enfim, perceba-se, tudo isso exigia uma atuação planejada e coordenada pelo Estado.

Ninguém, entretanto, poderia ignorar a agricultura. Afinal, na época ainda era grande o percentual de mão-de-obra nela ocupada. Nesse setor, duas seriam as tarefas perseguidas pelo Estado: a) cuidar para que a produção de alimentos e matérias-primas acompanhasse o crescimento da demanda, interna e externa, a fim de que não se comprometer a já pouca reserva em moeda estrangeira e se permitir distribuir renda; b) elevar a renda agrícola. (Pinto, 1965) Nesse processo, a **reforma agrária** aparecia como essencial, pois significaria uma mudança estrutural, promovendo a mobilidade social e permitindo o aproveitamento intenso da terra e a melhora das condições de vida de uma crescente população rural. Também a modernização da agricultura não poderia ser deixada ao mercado, somando-se às funções do Estado pesquisar e difundir tecnologias que aumentassem a renda no campo sem que, com isso, se poupasse mão-de-obra (Prebisch, 1968). De tudo,

> "*(...) conclui-se que a maximização simultânea de emprego e produto, ao longo do processo de desenvolvimento, não seria conquistado* [somente] *com a incidência sobre a densidade de capital, mas sim a distribuição adequada dos investimentos realizados (...).*" (RODRIGUEZ, 1981: 87)

Ou seja, era preciso um **planejamento** concebido, articulado e gerenciado pelo Estado, capaz de, atuando sobre forças impessoais, alterar a motivação dos agentes no sentido de atingir o máximo social.

4. O emprego na visão da CEPAL Clássica[16]

O que foi visto anteriormente mostra que o pensamento econômico da CEPAL Clássica tem muito interesse no comportamento do emprego. A necessidade de ampliar a geração de empregos nos setores de maior produtividade, a fim de reduzir a força de trabalho excedente, coloca essa questão como fulcro do processo de desenvolvimento econômico. Mas, para percebermos isso claramente, vamos retomar rapidamente alguns pontos.

Alguns países da América Latina passaram por importantes mudanças na primeira metade do século passado. O funcionamento dessas economias deixava, aos poucos, de depender da demanda dos centros por bens primários, para contar mais e mais com os estímulos produzidos pela sua própria dinâmica interna. A substituição de importações era o carro chefe dessa transformação. Ante o estrangulamento externo, medido pela escassez de divisas, a indústria respondia espontaneamente com produção e ampliação de sua capacidade. Em pouco tempo, o desenvolvimento econômico de certos países latino-americanos passou a voltar-se para dentro, a partir de investimentos, demanda e renda internos. Toda essa mudança não era alheia ao que acontecia na produção primária, principalmente na agricultura.

Lá, o crescimento da população e a estrutura concentrada de posse da terra expulsavam contingentes significativos de trabalhadores que passavam a ser "livres" das obrigações da terra e dos meios de produção (Souza, 1989). Um contingente humilde e jovem marcado pela baixíssima qualificação e educação formal, sem recursos próprios e que migrava para as cidades. Esse movimento migratório chegava às cidades em busca de emprego e já encontrava uma legião de subempregados. Resumidamente, vemos, então, a criação na cidade de um mercado de trabalho urbano constituído por um enorme exército de mão-de-obra excedente que não encontrava empregos suficientes nas atividades dinâmicas[17] por excelência.

Entretanto, fenômeno semelhante também ocorreu nos países centrais. O que nos diferenciava, então? Nos países centrais, a incapacidade de absorver a população ocupada em

[16] Trataremos a questão do emprego dentro da escola nos anos 50 e 60 com um todo, ao qual chamamos de CEPAL Clássica. O motivo é que julgamos a diferença entre a CEPAL dos anos 50 e 60 questão de ênfase maior sobre alguns pontos e conceitos, sob a mesma matriz de pensamento e idéias.

ofícios de baixa produtividade foi contrabalançada por políticas quase sempre arrancadas por meio do Estado de Bem Estar Social. Eram empregos gerados no atendimento de necessidades inerentes ao crescimento econômico e aumento da complexidade das demandas sociais. Outras políticas do trabalho como contratos coletivos, liberdade sindical e formas de regulação ajudaram a criar as forças homogeneizadoras dos salários e das condições de trabalho. Porém, o papel empregador do Estado e o resultado de suas ações não eram tão evidentes à época. Deste modo, quando os pensadores da CEPAL falavam em crescimento como forma de gerar empregos, renda e tecnologia, redundando, no mais das vezes, em maior capacidade fiscal do Estado, refletiam o que, na época, enxergava-se como a melhor forma de atender a enorme oferta de mão-de-obra.

Essas reformas do *Welfare State*, contudo, provavelmente se quer pudessem ser postas em prática na América Latina. O valor da renda nacional e o baixo valor relativo da arrecadação fiscal impediam tentativas semelhantes as do porte europeu. Por conseguinte, a mão-de-obra local via-se obrigada ocupar-se no que era possível: serviços de baixa qualificação e produtividade. Uma absorção apenas parcial ditada pela necessidade impostergável da própria sobrevivência. Era exatamente, segundo a CEPAL, esse mercado de trabalho – em que a mão-de-obra aceitava qualquer remuneração – que nos tornava vulneráveis ao rebaixamento dos níveis salariais através dos ciclos econômicos. Um rebaixamento que, associado à exportação especializada de produtos com baixa elasticidade-renda da demanda, levava inexoravelmente à deterioração dos termos de troca, dificultando ainda mais a importação dos bens de capital necessários à expansão industrial.

O problema era agravado pela estrutura social latino-americana. Uma sociedade que, aos olhos dos economistas da casa, apresentava renda e propriedade fortemente concentrados, baixa mobilidade, poucos estímulos à acumulação e ao surgimento de empreendedores, e que, por isso, valorizava o consumo conspícuo. Desse modo, dada a reduzida dimensão dos mercados, a indústria local não esgotava as possibilidades de substituição de alguns produtos e já necessitava passar adiante, diversificar-se, fornecer bens tecnologicamente mais avançados e complexos. (CEPAL, 1970) Mas, para isso, era necessário investir em tecnologia, máquinas e mão-de-obra qualificada, algo de que não dispúnhamos — dado inexistir aqui um setor produtor de bens de capital significativo. Tornava-se, então, necessário importar a linha de produção inteira. A implicação era clara: pressão sobre o Balanço de Pagamentos e produção baseada em uma tecnologia desenhada para pouca mão-de-obra. Ou seja, para a CEPAL, tinha-se à frente abundância de mão-de-obra, escassez de divisas, mercados reduzidos e inadequação tecnológica.

---

17 Podemos definir setor dinâmico como aquele com capacidade de influir sobre o crescimento econômico em termos reais. Para a CEPAL Clássica, fala-se então da indústria e atividades correlatas. (CEPAL, 1970)

Portanto, o que havia, para a CEPAL Clássica, era um setor capitalista moderno que não conseguia induzir a homogeneização através da difusão do progresso técnico. Era a heterogeneidade estrutural que mudava, mas não diminuía. Muda o local e a forma deixando de se assentar no campo para apresentar-se muito mais complexa, envolvendo campo-cidade, setores e sociedade. Se parecia acontecer uma industrialização promissora, isso se devia à urbanização apressada, nascida do crescimento desordenado das cidades e do surgimento de vagas nos setores dinâmicos (Pinto, 1973), mascarando os efeitos da absorção caótica e limitada da população[18] e retirando do debate a possibilidade de regulação política das desigualdades.

A equação abaixo ajuda a resumir a visão da CEPAL Clássica para o emprego:

$\dot{E} = \dot{Y} - \dot{a} - \dot{h}$ ou $\dot{E} = \dot{Y} - (\dot{a} + \dot{h})$ onde,

$\dot{E}$ é a taxa de variação do emprego, $\dot{Y}$ é a taxa de variação do produto, $\dot{a}$ é a taxa de variação da produtividade e $\dot{h}$ é a taxa de variação das horas trabalhadas.

Nos seus termos, relaciona diretamente a taxa de crescimento do emprego aos ganhos de produtividade e crescimento da renda. O que ela nos diz? Está afirmado nela que dado o nível tecnológico em uma economia capitalista, o emprego está relacionado ao volume total de produção de mercadorias. Todavia, é claro que o volume produzido, por sua vez, depende do ritmo do processo de acumulação de capital. Ou seja, fica logo claro que, para a CEPAL Clássica – semelhante a Kalecki –, o emprego depende do processo de acumulação, mais precisamente do volume ou ritmo da acumulação. E mais, assim como Keynes (Dathein, 2000), para os economistas da casa, o emprego é uma questão de demanda e não de oferta, subordinando o mercado de trabalho ao resto da economia. A partir disto, podemos concluir que o fato de existir mão-de-obra excedente, seja qual for sua origem, estava vinculado a uma taxa insuficiente de acumulação de capital somado a estrutura agrária tradicional e concentrada. (Rodriguez, 1998)

Se seguíssemos a teoria da CEPAL Clássica, ela nos diria que se a taxa de crescimento do emprego fosse mais alta do que o crescimento da PEA, e se ambas fossem constantes e a tecnologia dada, poderíamos derivar três fases: a) a taxa de subemprego sobre emprego tenderia a cair ano após ano, reduzindo também o grau de heterogeneidade da economia; b) existiria um ponto de reversão onde o subemprego começaria a decrescer em termos absolutos; c) haveria um momento onde a taxa de subemprego seria insignificante. (Rodriguez, 1981) O que havia, portanto, era desemprego condicionado pela insuficiência dinâmica, posto que o ritmo em que se dava a acumulação tornava impossível à economia absorver o crescimento e o deslocamento populacional em termos regionais e de atividades (Prebisch, 1970).

---

18 Esse desemprego aberto e o disfarçado não podem ser entendidos como frutos de uma desorganização da produção no campo que se esparramou por acaso pela cidade. Foi o próprio funcionamento do sistema econômico que, juntamente com a estrutura de posse

Por conseqüência, para a CEPAL Clássica, manter a insuficiência dinâmica significava manter o desemprego disfarçado e, desse modo, a heterogeneidade estrutural, perpetuando os problemas sociais decorrentes e obstaculizando o desenvolvimento[19].

O quadro se torna dramático se percebermos que "*(...) o aumento da densidade de capital derivado do avanço tecnológico resulta numa redução do ritmo de crescimento da demanda líquida de mão-de-obra (para um mesmo nível de poupança)*" (Rodriguez, 1981: 83), exigindo um nível de acumulação maior para se atingir o pleno emprego. Cabem, portanto, duas observações: a) o problema central é o grau de heterogeneidade sobre o qual se dá a competição tecnológica; b) caso se alcance a taxa de acumulação necessária, o problema se coloca mais à frente com maior dimensão, numa espiral insolúvel.

Se incluirmos a indivisibilidade dos fatores, a periferia não aproveitaria as vantagens dos ganhos de escala devido às diferenças nos níveis de produtividade, renda e mercado. Ou seja, haveria capacidade ociosa, cairia a produtividade do capital (*k*), diminuindo a acumulação e a demanda por trabalhadores. A inadequação da escala reforça a inadequação da densidade, pois explica a tendência ao desemprego sob dois ângulos: a densidade incide sobre o ritmo de aumento da oferta de mão-de-obra — posto que desemprega — e a escala sobre o ritmo de expansão da procura de mão-de-obra. (Rodriguez, 1981)

Ou seja, a CEPAL Clássica parece ver, relacionando emprego, tecnologia e acumulação uma tendência estrutural ao desemprego, posto que é o resultado natural e espontâneo das transformações causadas pelo tipo de industrialização adotado e pela modificação da importância relativa dos setores. (Pinto, 1965)

A situação diagnosticada teoricamente pela CEPAL Clássica aparece desenhada em números em 1965 (CEPAL, 1970). A grande participação do setor de serviços no total de pessoas empregadas está ligado, *na periferia*, a um rasgo patológico do desenvolvimento. Isto é, não se trata da difusão de progresso técnico entre os setores, mas está baseada fundamentalmente na incapacidade do setor primário em manter empregado o incremento da sua população e do setor secundário, de absorver essa mão-de-obra sobrante e/ou expulsa. Trata-se da *absorção espúria*, indicada por Prebisch (1970), e caracterizada principalmente por empregos de baixa qualificação, precários, instáveis e mesmo pessoais que resultam em baixa renda. Este seria o traço principal da evolução da ocupação na América Latina e cujo pessimismo cepalino em relação a empregabilidade da mão-de-obra excedente poderia ser ainda pior se acreditar-se que os serviços têm

---

da terra, expulsou trabalhadores do campo e tornou-os excedentes (Souza, 1989).

[19] Há um modelo matemático em Rodriguez (1981) que demonstra o problema. Ver páginas 76-87 e 105-106.

comportamento derivado, dependente do desempenho das atividades dinâmicas, como acredita Souza (1989).

Assim, entendendo a ***integração por meio do emprego*** como necessário ao desenvolvimento[20], o crescimento econômico acelerado, então, passava a ser obrigatório. Mas, e é fundamental perceber isso, não qualquer crescimento. Teria de ser uma industrialização **planejada** (eficiente e acelerada), capaz de aumentar as oportunidades de emprego e impedir que a mesma se direcionasse para a reprodução do consumo imitativo. Crescer e industrializar eram o fundamento econômico para a superação da heterogeneidade, através da absorção do desemprego disfarçado. Para a CEPAL Clássica, a indústria

> "*(...) tem um papel predominante no desenvolvimento econômico. Daí que o conceito de 'países industrializados' se identifique com o de 'países adiantados', e que se considere quase equivalentes o 'processo de industrialização' e o 'processo de desenvolvimento econômico'*" (CEPAL, 1970: 37).

Em resumo*, a questão do emprego na CEPAL Clássica é fundamental*. Sem a redução do desemprego disfarçado, não era possível o desenvolvimento, sequer o crescimento equilibrado. A heterogeneidade estaria sempre presente, dificultando e impondo barreiras a um crescimento mais acelerado. Para superar isso, no entanto, a CEPAL Clássica falava no imperativo de atitudes e decisões políticas fortes. Pois, caso contrário, previa continuada deterioração das condições de vida das massas e do sistema econômico por meio da heterogeneidade. Para os economistas da casa, era necessário que os investimentos nas atividades dinâmicas fossem suficientes para absorver o crescimento da força de trabalho. Ou seja, era preciso acabar com a insuficiência dinâmica. E para tal não bastava crescer o valor dos investimentos sobre o PIB. Era imprescindível planejar esses investimentos e as ações para que desobstruíssem a industrialização e permitissem uma crescente homogeneização da estrutura produtiva, tarefa que exigia planejamento e que só poderia caber ao **Estado**.

É importante observar, portanto, que o emprego é fruto da estratégia de estímulo à industrialização que deveria ser conduzido pelo Estado. Em outras palavras, está subordinado: o objetivo é a industrialização e o emprego é o fruto.

Entretanto, se o portentoso pensamento econômico da CEPAL Clássica tem grande apelo a favor do emprego, também as críticas que sofreu têm muito interesse. Em primeiro lugar, menos importante, dado que é uma crítica *a posteriori*, as políticas que resultaram nas baixíssimas taxas de desemprego na Europa do pós-guerra, ao refletirem a ação de um Estado empregador, através da construção do *Estado de Bem-estar Social*, expunham preocupações mais políticas do que puramente econômicas. Nesse sentido, se o modelo eram os países desenvolvidos, a idéia de

insuficiência dinâmica perde poder explicativo, afinal a possibilidade de se alcançar o pleno emprego é definida fora do âmbito estritamente econômico. Em outras palavras, se o conceito jogava luz sobre o problema do desemprego e do subemprego latino-americano, a CEPAL Clássica caiu em erro, como muitos pensadores da época, ao conceber o emprego como um dado quase deduzível estatisticamente por meio do crescimento econômico e industrial. Ao não explicitar a construção política do desenvolvimento, os cepalinos deixaram os países centrais sem passado, quase um retrato, só um modelo que servia de farol.

Entretanto a crítica mais aguda a visão cepalina sobre a problemática do emprego na América Latina vem da professora Maria da Conceição Tavares. Em texto publicado em 1986, a professora recoloca a questão em diferentes termos e aponta outras três ordens de problemas em países periféricos de industrialização tardia:

1. problema de articulação industrial que resulta do transplante de técnicas avançadas sobre a base industrial local, isto é, questões de dimensão, desproporção micro-macro, fraqueza da indústria de bens de capital, etc.

> "*Todo esto da lugar a un proceso de crecimiento con fuertes desequilibrios intersectoriales y marcadas discontinuidades del ciclo de expasión.*" (TAVARES, 1986: 2)

Nesse sentido, embora a CEPAL Clássica tenha corretamente reconhecido o problema da inadequação tecnológica, sua idéia de completa estrutura industrial — com núcleo tecnológico endógeno — encontra problemas no próprio desenvolvimento da estrutura crescentemente internacionalizada, que obedece a decisões produtivas, financeiras e técnicas tomadas fora de suas fronteiras mesmo após a industrialização desses países. De maneira um pouco diferente, falta perceber os laços de interesse que se formam entre a burguesia local e o capital estrangeiro, ou seja, falta atentar para os crescentes laços de dependência que se estabelecem com a industrialização. (Cardoso e Faletto, 1970);

2. problemas de padrões de consumo, derivados da organização do mercado interno, onde o predomínio da grande empresa multinacional impõe e generaliza as formas de concorrência. Quando estas estruturas são transplantadas para os países periféricos, criam-se de um só golpe

> "*(...) las empresas, los sectores y mercados oligopolizados, cuya dinámica de expansión concentrada da lugar a patrones de producción, de consumo y de distribuición del ingreso, los cuales envuelvem problemas de desajuste económico e social de naturaleza diversa y gravedad mayor que los derivados de la heterogeneidad industrial y la dependencia tecnologica*." (TAVARES, 1986: 4)

Ou seja, ao não enxergar a relevância do capital produtivo internacional na estruturação da produção e da distribuição, a CEPAL Clássica não percebeu as enormes descontinuidades intra-indústria que se refletiriam no caráter instável e dependente do crescimento da economia periférica.

---

20 Se o desenvolvimento exigia melhor distribuição de renda, para a CEPAL Clássica, não se trata de fragmentar altas rendas e transferi-las aos mais pobres. Distribuição de renda era uma direção e não simples meta. Interessava mudar o padrão de uso e

Essa postura parece refletir a crença de que a industrialização seria reflexo e ao mesmo tempo levaria ao nascimento de uma burguesia industrial de caráter nacional, interessada na construção de um indústria nacional independente e dinâmica. Na verdade, e reforçando o que foi dito acima, parece não ter ficado claro até os anos 1970 que as relações internacionais de dependência que se estabeleciam entre o capital nacional e o estrangeiro levariam necessariamente a resistência a quaisquer mudanças que desestabilizassem tais interesses mútuos e implicassem em novos rumos para a economia e para o país;

3. **o problema da marginalização e segmentação do mercado de trabalho**. O desenvolvimento urbano capitalista leva ao surgimento de um mercado de trabalho comum a qualquer estrutura oligopólica internacionalizada, porém, em países com grandes massas rurais ou estruturas agrárias atrasadas, é acompanhado de marginalização de parte da população rural e urbana. Isso significa que parte da mão-de-obra torna-se excedente e inabsorvível pelo mercado de trabalho capitalista[21]. (Tavares, 1986) Ou seja, diferentemente do que pensava a CEPAL Clássica, os contingentes que migram para as cidades, ao não poderem ser absorvidos, são marginalizados e sua inclusão não é possível através do crescimento industrial. E por quê?

Nas palavras de Tavares (1986),

> "*en este mercado* [urbano-industrial]*,* ***las condiciones de 'oferta' de mano de obra son creados por la dinámica del sistema capitalista****, sin necesidad (o exactamente: sin posibilidad) de ofrecer empleo productivo a la población marginal*". (TAVARES, 1986: 10. Grifo nosso)

Assim, quando o capital industrial torna-se dominante em uma economia de industrialização tardia e se consolida um mercado de trabalho urbano, as migrações campo-cidade deixam de ter importância para a definição do salário base. A importância das migrações afeta a possibilidade de ocupação e nível de renda das pessoas que vivem no setor informal, onde as regras não são capitalistas. Essas massas estão excluídas das *relações capitalistas de produção*, portanto, estão marginalizadas do processo de exploração do trabalho e submetidas a regras de sobrevivência.

Deste modo, a hipótese de funcionamento do mercado de trabalho proposta por Tavares (1986) afasta a explicação cepalina sobre a pressão dos migrantes, na forma de mão-de-obra excedente, sobre os salários e, muito mais grave, sobre a possibilidade de sua absorção no setor moderno da economia. A compreensão de que o capitalismo cria, por si só, seu próprio mercado de trabalho, portanto, escapou a CEPAL Clássica. Por isso, a marginalização aparece na escola devido à insuficiência dinâmica da acumulação de capital, enquanto, na verdade, é impossível e nem interessa ao capital absorver a mão-de-obra migrante rural.

---

propriedade dos recursos em favor de que parcelas crescentes da riqueza fossem utilizadas no benefício coletivo (PINTO, 1973).

21 Assim, para entender a heterogeneidade estrutural das cidades periféricas, devemos separar analiticamente os problemas de dinâmica da industrialização tardia (derivados do avanço desigual e periodicamente bloqueado das estruturas capitalistas devido à

5. O emprego, o desenvolvimento e a construção da nação

Outras críticas foram feitas ao complexo edifício intelectual cepalino nos anos 50 e 60. Os questionamentos vieram tanto de autores ligados à crítica do capitalismo como pelos defensores do sistema (precariamente aqui, 'esquerda' e 'direita'). Todavia, algo chama a atenção quando se observam os questionamentos tradicionais, quase todos feitos pelos críticos de direita: não há radicalidade nas controvérsias. Discutem aspectos parciais, não ignoram facetas, mas passam incólumes pelo instrumental e pelo formalismo do pensamento[22]. E fazem assim por que só assim poderiam fazê-lo, pois a CEPAL Clássica, como vimos, debatia a América Latina sem romper com a teoria econômica tradicional. Na verdade, seus economistas criaram uma concepção teórica particular do keynesianismo, a partir da posição latino-americana na história e na divisão internacional do trabalho. Uma critica profunda levaria ao questionamento da própria teoria tradicional e suas ferramentas.

Por isso, o que é importante agora é reparar que o pensamento da CEPAL Clássica, embora extremamente importante para o autoconhecimento da América Latina, não foi capaz de elaborar uma abordagem adequada para o entendimento de questão tão complexa quanto o desenvolvimento econômico de um país periférico. À época, Cardoso e Faletto (1970: 11), observando a CEPAL, afirmaram que

> "*as condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse.(...)* [Deste modo,] *o fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento eficaz*."

E foi isso que se viu na teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Havia a ilusão de que o manejo das corretas variáveis econômicas pudesse levar à superação da condição periférica, tornando possível sua transformação. Tal fica mais patente, quando focamos a questão do emprego. Como já mencionamos, para os pesquisadores da casa, o emprego é uma questão derivada, isto é, seguindo Keynes, não haveria por que aventar que os trabalhadores tivessem poder no mercado de trabalho. É a demanda efetiva que determinaria a quantidade de postos de trabalho abertos (Dathein, 2000). Porém, especificamente para os países subdesenvolvidos, não é tanto a deficiência da demanda efetiva que importa, mas sim a escassez de equipamentos de capital. (Kalecki, 1987) Assim, dadas condições da América Latina, o importante para se ampliar o emprego passa a ser a

---

reprodução das bases técnica de um sistema industrial que, desenvolvido e transnacionalizado a partir do seu país de origem, foi implantado em curto espaço de tempo) e a formação histórica das sociedade nacionais. (TAVARES, 1986)

[22] Para uma discussão sobre várias das críticas feitas ao pensamento cepalino ver ASSAEL, Hector. El Pensamiento de la CEPAL: un intento de avaluar algunas criticas a sus ideas principales. *El Trimestre Económico*. México D.F., n. 203, v. LI (3), p. 545-58 julio-septembre, 1984 e Rodriguez (1981).

industrialização. Conseqüentemente, o prioritário era elevar significativamente a quantidade do capital industrial nesses países.

Porém, esse determinismo econômico no pensamento da CEPAL, na interpretação de Mello (1991), expõe, como outro lado da mesma moeda, uma questão da maior relevância: a construção da Nação. Para o professor,

> "*(...)* ***todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de 'sua situação periférica'***. [Ou seja,] *(...) o núcleo do problema da industrialização reside na antinomia entre a plena constituição da Nação e uma certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em periferia (...)*". (MELLO, 1991: 20. Grifo do autor)

Em outras palavras, está implícito que para se construir a Nação é preciso integrar economicamente a população ocupada em setores não capitalistas e, portanto, ligada a ocupações de baixa renda e produtividade. Mas, como vimos, para realizar essa tarefa, dada a forma de inserção dos países periféricos na Divisão Internacional do Trabalho, a indústria torna-se o único caminho possível. Assim, a industrialização aparece, por conseguinte, como momento crucial da constituição da Nação, ou seja, empregar, industrializar, desenvolver e construir uma nação são partes, ou formas diferentes, de se observar um mesmo projeto, presente no pensamento dos mais valorosos pesquisadores da casa.

Contudo, isso conduz a um problema mais grave. Novamente foi o professor Oliveira (1972) quem percebeu que o discurso cepalino teria impedido a formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil. Na verdade, ao falar em desenvolvimento do país e nacional, a CEPAL 'ideologizou' o debate ao excluir da disputa perguntas como "*a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?*". Nas palavras do professor,

> "*com seus estereótipos de desenvolvimento 'auto-sustentado', 'internalização do centro de decisões', 'integração nacional', 'planejamento', 'interesse nacional', a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do 'desenvolvimentismo', que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.*" (OLIVEIRA, 1972: 9)

6. Comentários finais

A discussão anterior evidência que a CEPAL Clássica era fruto de um momento muito especial, impar, da história do capitalismo e da América Latina. Todavia, o nascimento e aceitação das idéias da casa, sob influência de Prebisch, nada têm de politicamente revolucionário. Tratava-se de construir uma visão econômica a partir de olhos latino-americanos, armando ideologicamente a ascendente classe empresarial local para a superação da sua condição subalterna. Na verdade, buscou-se *acomodar* a teoria tradicional às necessidades de um desenvolvimento capitalista nacional autônomo da América Latina, superando a condição periférica. (Flechsig, 1991) O grande

mérito de Prebisch e dos jovens economistas da CEPAL, por conseguinte, está em formular uma *teoria de corte burguês*[23]*, mas voltada para a América Latina*, realizando uma crítica à divisão internacional do trabalho e exigindo a superação da condição periférica. (Flechsig, 1991)

O interessante é perceber que essa preocupação nítida com o desenvolvimento, portanto, só poderia ser concebida dentro de um projeto de construção da nação. Isto é, ao falar em desenvolvimento, a CEPAL Clássica está colocando sob seus cuidados a industrialização, só possível com o auxílio de um Estado forte e eficiente. Mas para isso, é necessário que esse Estado encarne esses interesses industrializantes como o desejo geral da sociedade, traduzindo suas ações como 'vontade geral da nação'. Portanto, a idéia de desenvolvimento só é possível ante um projeto de Nação que pressupõe clareza sobre quais serão os novos agentes basilares da sociedade a ser construída. Nesse caso era a burguesia industrial nacional, ou seja, uma burguesia nacional emancipada capaz de guiar o futuro econômico dos países do subcontinente, direcionando-o, dentro do dinamismo próprio do capitalismo, ao desenvolvimento cada vez maior.

Nesse sentido, a crítica feita ao mecanicismo cepalino e a ausência de temas políticos merece ser matizada. Na mente dos pensadores da casa, os temas políticos **internos** pareciam estar muito presentes, tanto na forma de políticas econômicas e planejamento, como no projeto implícito de construção da Nação.

Porém, é claro que a superação da pobreza diretamente baseada industrialização é questionável e minimiza o papel da negociação entre as classes sociais. Se por um lado a homogeneização social ligada às políticas econômicas e sociais, principalmente na Europa do pós-guerra, foram possíveis apenas no momento em que o Estado alcançou elevados níveis de arrecadação, o *Welfare State* só foi construído por que a elite sentiu-se pressionada. Em outras palavras, se a industrialização européia facultou aos seus Estados altos níveis de exação, a distribuição destes recursos não foi uma escolha técnica ou aleatória. Foi fundamental para escolha dos beneficiários o momento político que dava aos trabalhadores um poder impar na história do capitalismo. Enfim, a CEPAL parece correta ao enxergar a necessidade da industrialização e de atuação do Estado para superar a miséria. O problema foi a visão quase mítica do centro, encobrindo toda uma sofrida história social. De outro modo, sendo o capitalismo um sistema que visa a acumulação de riqueza abstrata, não importando a forma como esta se mostra, não será ele que resolverá, mesmo que incentivado e 'azeitado', os problemas da miséria, gerando empregos no setor dinâmico para toda uma população. Por isso, a intervenção e a construção de um *Estado de*

[23] Fernando Henrique Cardoso escreveu uma vez e voltou afirmar, em 2003, que o grande mérito da CEPAL foi ter alcançado a originalidade na cópia. (Cardoso, 2003) Naturalmente estava pensando no avanço que significou a aplicação da teoria econômica de corte keynesiano a situação e história dos países latino-americanos.

Bem-Estar Social é, dentro do capitalismo, um caminho único. Aliás, um caminho **necessariamente** extra-econômico, diferentemente do que pensava a CEPAL Clássica.

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI e SALVIANO. *Prebisch, a CEPAL e seu Discurso: um Exercício de Análise Retórica*. In: REGO, J.M. (org). Retórica na Economia. São Paulo: Editora 34, 1996;

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Evolución de las Ideas de la CEPAL*. 1.ed. Santiago: CEPAL, 1998. Importante: artigo capturado na *internet* (http://www.cepal.org). Disponível também em português sob o título de *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000;

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 480p;

CARDOSO e FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970;

CEPAL. As Mudanças Estruturais do Emprego no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In: SÁ JUNIOR, Francisco (org.). *Subemprego, Problema Estrutural*. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970. 215p;

CEPAL. Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n., v., p. 07-127, março, 1951. (Originalmente conhecido como 'Estudio de 49': 1950);

DATHEIN, Ricardo. *O Crescimento do Desemprego nos Países desenvolvidos e sua Interpretação pela Teoria Econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. Campinas.IE, 2000. (Tese, Doutorado em Ciências Econômicas);

FIGUEIREDO, Ferdinando. As Transformações do Pós-Guerra e o Pensamento da CEPAL. *Revista de Economia Política*. São Paulo, n. 4, v. 10, p. 138-150, out-dez, 1990;

FLECHSIG, Steffen. Em Memória de Raul Prebisch (1901-1986). *Revista de Economia Política*. São Paulo, n.1, v. 11, p. 92-107, jan-mar, 1991;

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985;

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974;

GONZÁLEZ, Horácio. *O Que É Subdesenvolvimento*. 15.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. 122p. (Coleção Primeiros Passos);

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p;

HUNT, Diana. *Economic Theories of Development*. 1.ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1989. 363p;

KALECKI, Michal. *Economias em Desenvolvimento*. 1.ed. São Paulo: Vértice, 1987. 204p;

MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. 1.ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995. 210p;

MELLO, João Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 8.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. 182p;

MELLO, João Manuel Cardoso. A Contra-Revolução Liberal-Conservadora e a Crítica Latino-Americana. In: TAVARES e FIORI (orgs). *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. 411 p;

MERHAV, Meir. *Dependência Tecnológica: Monopólio e Crescimento*. 1.ed. São Paulo: Vértice, 1987. 215p;

OLIVEIRA e HENRIQUE. *Determinantes da Pobreza no Brasil*. 1.ed. Campinas: IE.UNICAMP, sd. 16p. (Cadernos do CESIT n. 3);

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. *O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*. Campinas: UNICAMP.IE, 1985. (Tese, Doutorado em História Econômica)

OLIVEIRA, Francisco. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 2, outubro, 1972;

PINTO, Aníbal. Concentración del Progreso Técnico y de sus Frutos en el Desarrollo Latinoamericano. *El Trimestre Económico*. México D.F., n. 125, enero-marzo, 1965;

PINTO, Aníbal. *Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973;

PINTO, Aníbal. Naturaleza y Implicaciones de la 'Heterogeneidad Estructural' de América Latina. *El Trimestre Económico*. México D.F., n. 145, v. 37, enero-marzo, 1970;

PREBISCH, Raul. Commercial Policy in the Underdeveloped Countries. *American Economic Review*. , n.2, v. XLIX, p. 251-273, may, 1959;

PREBISCH, Raul. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano*. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1968;

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n.3, v.3, p. 47-100, set, 1951. (Originalmente conhecido como 'Manifesto dos Periféricos': 1949);

PREBISCH, Raul. *Transformacion y Desarollo*. 1.ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1970. 337p;

RODRIGUEZ et al. CEPAL: Velhas e Novas Idéias. *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 5, p.79-109, dezembro, 1995;

RODRIGUEZ, Octavio. Heterogeneidad Estructural y Empleo. *Revista de la CEPAL*. Santiago, n. extraordinário de 50 anos, p. 315-21, 1998;

RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. 345p;

TAVARES, Maria Conceição. *Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Perifericos*. 1.ed. Campinas: IEI.UFRJ, 1986. 64p. (Texto para Discussão n. 94);

TOKMAN, Victor E. *Mercados del Trabajo y Empleo en el Pensamiento Económico Latinoamericano*. In: SUNKEL, Osvaldo. *El Desarrollo Desde Dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina*. 1.ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991. 507p;

WEE, Herman Van der. *Prosperity and Upheaval: 1945-1989*. Londres: Pelikan Books, 1987;